

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS SUPERIORES: UM ESTUDO DE CASO NO IFSULDEMINAS CAMPUS MACHADO

Pedro Luiz Costa Carvalho

Professor do Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Machado.

Email: pedro.carvalho@ifsuldeminas.edu.br

Cloves Gomes de Carvalho Filho

Professor do Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Machado.

Email: cloves.filho@ifsuldeminas.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Campus Machado. A metodologia foi baseada em uma pesquisa qualitativa, por meio da realização de um estudo de caso intervencionista. Os resultados evidenciaram a necessidade de se levar em conta as especificidades de cada curso na curricularização de extensão, bem como a existência de diversas formas de se introduzir as práticas de extensão nos projetos pedagógicos.

Palavras-chave: Ensino. Extensão. Pesquisa. Projeto Pedagógico. Sociedade.

1. Introdução

Muito se discute sobre as transformações no ensino durante os últimos anos. Uma das críticas reside no fato de estar havendo um distanciamento, em muitos cursos, entre o que o estudante aprende e o que será exigido dele após a formatura. É notório, em muitos casos, a falta de conexão entre instituição de ensino e a comunidade local, no sentido de não haver, na prática, o entendimento dos problemas da sociedade nem tampouco os desafios sociais do ambiente em que as instituições estão inseridas.

A necessidade de alinhamento entre a instituição e a sociedade está no cerne do conceito de extensão. A extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o *saber fazer* e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica (FORPROEX, 2012).

Carneiro, Collado e Oliveira (2014) ressaltam a importância da creditação das experiências da extensão para revelar o quanto Universidade está inserida na sociedade. Corroborando, em reunião dos pró-reitores de extensão das instituições públicas (FORPROEX), os membros lembram que os princípios que norteiam a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT – colocam em plano de relevância a pesquisa e a extensão. Por meio da extensão, os Institutos poderão proceder à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos. Ao estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a extensão promove a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos (FORPROEX, 2012).

Mesmo a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão sendo um princípio constitucional desde 1988 e da clareza de sua importância para o desenvolvimento do estudante e sociedade, a discussão da inserção formal da extensão no currículo do aluno pode ser considerada recente (FROES, 2017). O que atualmente se observa, em geral, nos currículos dos cursos de graduação no Brasil, é a inclusão de atividades de extensão como atividades complementares de graduação, criação de disciplinas específicas sobre a extensão universitária ou ainda disciplinas relacionadas a projetos de extensão. (GONÇALVES, 2015). Tendo como objetivo de alterar essa realidade e reconhecendo a importância da extensão na formação do estudante, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, no final do ano de 2019, publica a resolução nº 091/2019 que estabelece as diretrizes para se realizar a curricularização da extensão em todos os cursos superiores da instituição.

Dentro deste contexto, surge a problemática central do trabalho: quais são as formas para introduzir as práticas de extensão nos currículos dos cursos superiores? A partir da problematização, formula-se o **objetivo geral do trabalho que consiste em analisar o processo de curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Campus Machado**. Como objetivos específicos tem-se: 1) mostrar os principais pontos da Resolução N° 7 (MEC) de 18 de dezembro de 2018 e da Resolução 091/2019 IFSULDEMINAS, de 18 de dezembro de 2019, no que se refere a forma de aplicação da extensão nos currículos pedagógicos; 2) analisar a importância da curricularização para a formação do estudante.

A importância desta temática reside na possibilidade, ao introduzir as práticas de extensão nos currículos pedagógicos, de estreitar as relações entre Instituição e sociedade, fazendo com que haja incrementos na geração de emprego e renda, desenvolvimento de práticas

que solucionam os problemas, desenvolvimento social e econômico, aprimoramento de habilidades técnicas, melhorias na qualidade de vida e identificação e legitimidade da instituição perante a sociedade. Além disso, possibilitará ao estudante uma formação mais ampla e emancipadora, com viés social e identificação dos problemas da sociedade.

Por fim, com o intuito de organizar as informações e o entendimento, o trabalho está subdividido em 5 partes: Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusões e Referências Bibliográficas

2. Referencial Teórico

As primeiras práticas de extensão no Brasil são antigas e se confundem em ações governamentais e experiências de grupos específicos. Contudo, numa visão acadêmica, mais voltada às práticas universitárias como forma de aprimoramento formativo educacional, podem ser consideradas, de acordo com Nogueira, Lopes e Hetsper (2016), como primeiras práticas de extensão os cursos, conferências, assistências técnicas e prestação de serviços promovidas pela Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Lavras, no início do século XX.

Parafraseando o art. 207 da Constituição Brasileira de 1988, as universidades possuem total autonomia didático, científica, administrativa, financeira, patrimonial e de gestão, mas devem obrigatoriamente obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar de já se fazer extensão na educação brasileira antes dessa data e também já se ter este conceito em legislações anteriores, Fros (2017) relata que foi a partir desse momento histórico que a extensão passa a ser institucionalizada, se tornando, junto com o ensino e a pesquisa, um dos três pilares para a formação e desenvolvimento educacional do estudante.

Assim, o conceito de extensão foi amadurecendo e atualmente pode ser definido como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2006). E, conforme relata CONIF (2013, p.15), “a extensão que antes carecia de sistematização e institucionalização, passou a requerer ações integradoras do currículo que construam o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Além da menção direta na Constituição de 1988, em 2008, com a criação da Rede Federal de EPCT, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, há uma nova menção da importância da extensão para o desenvolvimento educacional, em seus artigos 6º e 7º. O

artigo 6º, inciso IV, diz que é papel das instituições de ensino “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”. Já o artigo 7º, complementa:

Inciso IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; Inciso V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 1988, Art. 7º).

Em decorrência, surge em reunião do Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT, a partir de ações desenvolvidas pela Rede Federal nos últimos 100 anos, as dimensões que buscam integrar as áreas do conhecimento para a aplicabilidade da extensão. Essas dimensões são descritas a seguir:

Desenvolvimento Tecnológico: projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos bem como a prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo;

Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos;

Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada - FIC: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância planejada para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular;

Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos: Compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna;

Visitas Técnicas: atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho;

Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais;

Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão (CONIF, 2013, p.16).

A partir desse momento as discussões acerca do papel da extensão na formação acadêmica do estudante ganha novo fôlego e autores como Gonçalves (2015), Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), Benetti, Sousa e Souza (2015), apenas para citar alguns, passam a

discutir e analisar maneiras de integrar, verdadeiramente, as práticas de extensão nos currículos como forma de potencializar a formação do estudante.

FORPROEX (2012) e Froes (2017) mostram que as práticas de extensão podem impactar na formação do estudante de diferentes formas, tais como:

- **Interação Dialógica:** vínculo entre academia e a comunidade numa relação de troca de conhecimentos e experiências em que de um lado contribui para a formação do estudante e do outro leva soluções para os problemas locais;
- **Interdisciplinaridade:** mistura de conceitos de diversas disciplinas do currículo em prol de ações práticas na comunidade local. Capacidade de enxergar as disciplinas de forma complementar entre si e para com os problemas da sociedade;
- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** característica que coloca a extensão, realmente, como um dos tripés da formação e desenvolvimento do estudante;
- **Impacto na formação do estudante e transformação:** pela interação com a comunidade, os estudantes conhecem a realidade a seu redor com todas as suas vantagens, desvantagens, problemas, necessidades. Isso causará maior identidade com o meio onde está inserido e maior entendimento da função da universidade em propor soluções para a sociedade. Além disso, possibilitará uma maior aplicabilidade dos conceitos aprendidos, tornando o estudante mais preparado tanto social quanto tecnicamente.

Pensando nessa importância o MEC em 18 de dezembro de 2018 publica a Resolução N° 7 que: “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências” (MEC, 2018).

Dentre todos os artigos da resolução, vale se aprofundar nos artigos 3º; 4º; 6º, 8º e 19º, pela sua abrangência e importância, seja para definir o conceito ou para direcionar caminhos para a curricularização nos Projetos Pedagógicos de Curso.

O art. 3º corrobora o art. 207 da Constituição de 1988 como pode ser visto a seguir:

Art 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores

da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MEC, 2018, Art. 3º).

O art. 4º regulamenta de forma explícita a quantidade de Carga Horária de práticas de extensão que se deve conter nos Projetos Pedagógicos de Curso: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (MEC, 2018).

O art 6º, em consonância com FORPROEX (2012) e Froes (2017), estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, evidenciando a importância da extensão para os estudantes, instituição e comunidade:

Art. 6º: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (MEC, 2018, Art. 6º).

O art 8º, traz as modalidades em que as práticas de extensão se inserem, numa tentativa direta de auxiliar a construção de Projetos Pedagógicos curricularizados em relação às práticas de extensão.

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:
I - programas;
II - projetos;
III - cursos e oficinas;
IV - eventos;
V - prestação de serviços (MEC, 2018, Art. 8º).

Art. 19, último que merece destaque coloca um prazo máximo para todas as instituições de ensino superior promovam a curricularização da extensão em seus Projetos Pedagógicos:

“As instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes” (MEC, 2018).

Assim, ao regulamentar conceito, importância, forma e prazo de implantação o MEC força as instituições de ensino superior a se adequarem. Em um claro entendimento da importância das práticas de extensão na formação do estudante e visando cumprir as exigências da Resolução Nº7, o IFSULDEMINAS publica a Resolução Nº 91 de 18 de dezembro de 2019.

Esta Resolução interna, além de reafirmar as diretrizes da Resolução Nº7, a complementa evidenciando de forma mais detalhada alguns pontos importantes na forma de realização da curricularização da extensão no âmbito do IFSULDEMINAS. Nesse sentido vale destacar o art 12º:

Art. 12 As Práticas de Extensão terão suas cargas horárias compostas por atividades previstas executados pelos discentes, em uma ou mais das seguintes formas:

I – Programa de extensão, que constitui um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, e sendo executado a médio e longo prazo;

II – Projeto de extensão, que constitui um conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser isolado ou vinculado a um programa;

Parágrafo único. O Projeto Integrador corresponde a um componente curricular estratégico que promove a integração de disciplinas de um determinado semestre, em torno de um eixo temático, na elaboração de atividades de extensão e pesquisa a partir dos conteúdos trabalhados no âmbito do ensino, com a construção, realização e socialização dos resultados com à comunidade.

III – Curso de formação inicial e continuada - FIC, que trata de uma ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, orientada por professor do curso, planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular, com carga horária mínima de 20 horas e com critérios de avaliação definidos.

IV – Evento de extensão, que constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com público específico, de conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFSULDEMINAS, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia;

V – Prestação de serviço, que consiste na realização de trabalhos oferecidos pelo IFSULDEMINAS ou solicitado por terceiros, na forma de assessorias, consultorias e perícias, orientadas por professor do curso. Atuação no desenvolvimento de novos produtos e processos tecnológicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo. Ações relacionadas ao empreendedorismo, promoção, constituição e gestão de empresas juniores, empreendimentos solidários e cooperativismo e outras ações voltadas à identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando à produtividade na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa, inovação e extensão (IFSULDEMINAS, 2019, art. 12º).

3. Metodologia

Diante dos objetivos propostos, que consistem em analisar o processo de curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do IFSULDEMINAS Campus Machado bem como mostrar os principais pontos das resoluções nº7/2018 (MEC) e 091/2019 (IFSULDEMINAS) e, da forma de coleta de dados, o presente trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa de natureza qualitativa cujo método utilizado foi um estudo de caso intervencionista.

Uma pesquisa qualitativa não está focada nos métodos estatísticos e padronizados para coleta de dados. Ao invés disso, foca-se nas opiniões, estratégias, ideias e pontos de vista dos participantes. Além disso, relatam que não uma forma específica e rígida de condução, podendo ser modificada a medida que novas informações vão surgindo ou a pesquisa vai amadurecendo em termos de informação. Assim, é um tipo de pesquisa que permite uma riqueza de informações de um determinado grupo de trabalho (PATTON, 1990; SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013; ALENCAR, 2000).

Em relação à metodologia básica, optou-se pela realização de um estudo de caso visto que é um dos mais importantes estudos dentro da pesquisa qualitativa, sendo muito utilizado na atualidade nas ciências sociais (BECKER, 1993). De acordo com Alencar (2000), Sampieri, Collado e Lucio (1991) e Santos (1991), o estudo de caso pode proporcionar um retrato válido sobre o programa, boa base para as pessoas entenderem o que está acontecendo, bem como bases sólidas para entender o desenrolar das ações programadas

Já a característica intervencionista ocorre quando o pesquisador participa ativamente da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das teorias, processos, estratégias e/ou mudanças no ambiente (LYLY-YRJÄNÄINEN et., 2010). De acordo com Baardi (2010) os dois objetivos principais das pesquisas intervencionistas são avançar o conhecimento em seu campo e ajudar a melhorar o sistema estudado.

O campo de pesquisa foi o IFSULDEMINAS Campus Machado, mais especificamente os cursos superiores de bacharelado e licenciatura. O Campus, atualmente conta com 6 cursos superiores, sendo cinco de bacharelado: Administração, Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Sistemas de Informação e Zootecnia; e um de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Os dados foram coletados por meio dos Projetos Pedagógicos de cada curso e reuniões com os coordenadores e professores de cada uma das áreas dos referidos cursos. No total, foram mais de 12 reuniões, que englobam um período de 8 meses de trabalho.

4. Resultados

Conforme Resolução 91/2019 do IFSULDEMINAS foram definidas duas formas para realizar a curricularização da extensão:

- 1) Componente Curricular não específico: as práticas de extensão compõe a carga horária da disciplina, ficando expressa na matriz curricular e na ementa e o detalhamento das atividades previstas no plano de ensino;
- 2) Componente Curricular Específico: criação de uma disciplina específica de extensão que comporá a estrutura curricular do curso sob a denominação de Práticas de Extensão.

Essas duas formas poderiam ocorrer de forma única, ou seja, apenas a aplicação de uma única forma em todo o Projeto Pedagógico, ou poderia ocorrer de forma híbrida, quando houvesse tanto a componente curricular específica quanto a não específica dentro do Projeto Pedagógico. Assim, dentro desta perspectiva, os coordenadores, docentes de cada área, direção de ensino, equipe pedagógica, direção de desenvolvimento educacional e coordenação de extensão do campus se reuniram periodicamente para analisar e realizar a curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso. A Tabela 1 mostra um resumo das cargas horárias de cada curso, especialmente sobre curricularização da extensão.

Tabela 1 – Carga Horária de Extensão por curso

	CH de Componente Curricular Específica	CH de Componente Curricular não específica	CH total de Extensão	CH total do Curso
Bacharelado em Administração	305	-	305	3.050
Bacharelado em Agronomia	190	181	371	3.678
Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	285	-	285	2.800
Bacharelado em Sistemas de Informação	310	-	310	3.025
Bacharelado em Zootecnia	281	100	381	3.810
Licenciatura em Ciências Biológicas	290	45	335	3.345

CH: Carga Horária.

Sendo assim, o projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Administração ficou com carga horária total de 3050 horas, sendo que 305 horas específicas de atividades de extensão. As atividades de extensão foram divididas em 4 componentes curriculares específicos. O primeiro componente curricular específico ocorre no 4º período, possui 75 horas de carga horária e está previsto a organização da Semana de Curso com a oferta de palestras e minicursos com a participação da comunidade interna e externa. O segundo componente específico ocorre no 5º período, possui 75 horas de carga horária e está previsto a organização de uma Feira de Negócios com a vinda de empresas da região para expor seus produtos. O terceiro e o quarto componente específico são complementares, ocorrem no 6º e 7º período e possuem, respectivamente, 75 e 80 horas. Enquanto que no 6º será realizada junto à comunidade uma prospecção de empresas que necessitem de apoio administrativo, no 7º, baseado nas informações coletadas no 6º, será realizada as intervenções nas empresas.

No curso de agronomia a curricularização da extensão ocorreu tanto por componente não específico quanto por componente específico. Do total de 3.678 horas, foram destinadas 371 horas para as atividades de extensão. A carga horária em componentes não específicos totalizou 181 horas e foram distribuídas em 35 disciplinas ao longo dos 5 anos do curso. A carga horária restante foi dividida em 3 componentes específicas. A primeira ocorre no 8º período, possui 60 horas e tem como atividade a realização da semana de curso com oferta de palestras, minicursos e treinamentos tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade externa. A segunda, ocorre no 9º período, com 80 horas e tem como objetivo a realização de um evento de agroecologia e fruticultura envolvendo a comunidade local por meio de treinamentos e palestras específica da área. A terceira componente ocorre no 10º período, possui 50 horas e busca certificar as práticas de extensão individuais dos estudantes que ocorrerão durante todo o curso, estimulando assim que o estudante realize projetos e ações de extensão além das que estão curricularizadas.

O curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos possui um total de 2800 horas, sendo 285 horas específicas de atividades de extensão. Essas horas foram divididas em 5 componentes específicos. O primeiro componente específico inicia no quarto período do curso e segue, sucessivamente, até o oitavo período, respectivamente, com 45 horas, 60 horas, 75 horas, 75 horas e 30 horas. Do primeiro ao quarto componente, busca-se, na forma de realização de eventos, semana de curso e interação com empresas da região, soluções e desenvolvimento de produtos que façam sentido para empresas e sociedade. A quinta componente específica, da

mesma forma que no curso de agronomia, busca certificar as práticas individuais de extensão realizadas pelos estudantes durante todo o curso.

O Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação totaliza 3.025 horas, sendo 310 horas destinadas às práticas de extensão. Toda a carga horária está distribuída em 6 componentes específicos, tendo início no 3º período e finalizando no 8º período. Do 3º ao 7º período cada componente específico possui 50 horas e tem, como objetivo, de uma maneira geral, a realização de eventos, semana de curso e consultorias na área de computação, suporte em computadores, desenvolvimento de softwares para empresas, sempre com o envolvimento da comunidade local. Já o componente curricular do 8º período, da mesma forma que em outros Projetos Pedagógicos, buscar-se-á a certificação das atividades de extensão desenvolvidas individualmente pelos estudantes.

O curso de bacharelado em Zootecnia possui 3.810 horas, com destino de 381 horas para as atividades de extensão, que estão previstas tanto como componente não específico quanto componente específico. As atividades de extensão em componentes não específicos totalizaram 201 horas distribuídas em três disciplinas. As componentes específicas totalizam 180 horas distribuídas em 3 momentos. No 6º e 7º períodos propõe-se a realização de 2 projetos integradores, ambos com 60 horas cada, englobando cursos, palestras e treinamentos na área de zootecnia. Já o 10º período, como forma de valorizar e estimular as práticas de extensão individuais dos estudantes ao longo do curso, foi destinado 60 horas de componente específico.

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ficou com 3.345 horas, sendo 335 horas de extensão. As 335 horas ocorrerão como componente não específico e também como componente específico. Como componente não específico tem-se 45 horas distribuídas em duas disciplinas da matriz. Como componente específico tem-se 290 horas distribuídas ao longo da matriz em 4 momentos, iniciando no 4º período com carga horária de 70 horas e finalizando no 7º período com carga horária de 80 horas. De forma consonante com outros cursos, buscar-se-á com essas componentes específicos a realização de semana de curso, palestras, treinamentos e eventos na área de Biologia e com o envolvimento da sociedade.

5. Conclusão

Ao analisar de forma mais detalhada a forma como os projetos pedagógicos foram curricularizados, observa-se uma similaridade nas ações já que a maior parte da carga horária foi destinada a componentes curriculares específicos, ou seja, quando se cria uma disciplina

exclusiva para a prática de extensão. Nesse sentido, teve-se casos de proposta de consultorias, de realização de eventos, oferta de cursos e treinamentos específicos. Um ponto interessante foi a colocação de uma componente curricular específica, geralmente com carga horária menor, para as ações individuais de extensão que os estudantes possam desenvolver no decorrer do curso e que diferem daquelas já previstas na matriz. Isso, trará um estímulo para o estudante busca novas experiências extensionistas e possa se desenvolver em áreas específicas.

Por fim, vale ressaltar que nas reuniões em que ocorreram as discussões para estruturação da curricularização, sempre emergia a importância de se colocar o estudante como sendo o ator principal na realização das ações de extensão. Assim, o estudante será o maior beneficiado destas ações exatamente pela oportunidade de praticar os conceitos teóricos e de entender social e economicamente a realidade da comunidade onde está inserido. Em um segundo momento, comunidade, instituição e todos os outros atores envolvidos também se beneficiam na medida em que passar a existir uma maior interação entre sociedade e instituição de ensino.

6. Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. **Introdução à Metodologia de Pesquisa Social**. Lavras. UFLA/FAEPE, 2000. 105p.

BAARDI, V. A critical review of interventionist research. **Qualitative Research in Accounting and Management**, v.7, n.1, p.13-45, 2010.

BECKER, H. S. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. V. 6, n. 1, p. 25-32, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em novembro de 2020.

CARNEIRO, P. C. O.; COLLADO, D. M. S; OLIVEIRA, N. F. C. Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. **Interfaces – Revista de Extensão**. Belo Horizonte. V. 2, n. 3, p. 4-26, jul./dez. 2014.

CONIF/IFMT. **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. --Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Brasília – DF. 2012.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públcas Brasileiras – FORPROEX. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Sonia Regina Mendes dos Santos [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Capítulo: **A construção da extensão universitária no brasil: trajetória**, p. 28-50

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVESIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão**. Brasília: MEC: SESU, 2006. 100 p. (Coleção Extensão Universitária).

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva - UFSC**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU – Desafios da Gestão Universitária no Século XXI** – Mar del Plata – Argentina, 2015.

IFSULDEMINAS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. **Resolução 091/2019**. Pouso Alegre, 2019. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior/_resolucoes/2019/091.2019.pdf

LYLY-YRJÄNÄINEN, J.; SUOMALA, P.; LAINE, T.; MITCHELL, F. Interventionist Management Accounting Research: Lessons Learned. **World Congress of Accountants**, v.6, n.1, pp.1–10, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Resolução nº07/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

NOGUEIRA, A. C. O.; LOPES, D. O.; HETSPER, R. V.. **Cadernos de Formação: Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa**, 2016.

PATTON, M. Q.; **Qualitative Evaluation and Research Methods**. Londres: Sage, 1990. 338p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de La Investigación**. México: McGraw-Hill, 1991. 896 p.

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa. Ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: v. 3, n. 3, p. 55-88, janeiro/julho 1991.